

editorial

Violência contra crianças e adolescentes

O Ministério da Justiça e Segurança Pública contabiliza, desde o dia 13 de junho, atendimento a doze mil vítimas durante a segunda edição da Operação Acalento, que investiga crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Em um mês, foram solicitadas 1.761 medidas protetivas e 1.040 agressores em meio aos 129 mandados de busca e apreensão.

A operação tem foco principalmente nos casos de violência física, violência sexual, exploração, aliciamento, maus tratos e homicídios, entre outros praticados contra crianças e adolescentes. Foram instaurados procedimentos policiais e cumpridos mandados judiciais e ações preventivas como campanhas e palestras.

Os números anunciados devem aumentar, segundo o ministério, uma vez que na quarta-feira, 13 de julho, definido como Dia D, a operação foi deflagrada em 25 estados e no Distrito Federal. As ações alcançam um total de 1.491 municípios, nos quais foi empregado um efetivo de 4.654 profissionais de segurança pública.

A data foi escolhida em alusão ao 32º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela lei número 8.069 em 13 de julho de 1990. O ECA é o principal marco legal e regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Segundo o ministério, com a operação, busca-se incentivar as forças brasileiras de segurança pública a promover ações que impeçam a prática de qualquer modalidade de violência contra a criança e o adolescente. E também divulgar os canais de denúncia e incentivar a promoção de ações preventivas e repressivas que visem diminuir os índices de violência contra esse público.

Diversos canais de denúncias – identificadas ou anônimas – foram criados para o registro de violações de direitos humanos. O Disque Direitos Humanos (Disque 100) é um serviço de disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos.

Também é possível ser atendido pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil e pelo canal de denúncia de violação de direitos humanos exclusivo para pessoas surdas ou com deficiência auditiva via videoconferência na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para receber atendimento ou fazer denúncias pelo WhatsApp, basta enviar mensagem para o número (61) 99656-5008. Também é possível ser atendido pelo Telegram digitando "Diretohumanosbrasil" na busca do aplicativo. Outros canais de denúncia são os conselhos tutelares, delegacias, Ministério Público e o telefone 181.



Edgar Reinaldo Prandini

Advogado, diretor presidente da Escola do Parlamento da Câmara de Ribeirão Preto eprandini@camararibeiraopreto.sp.gov.br



Eli Alves Zacarias

Cientista político, mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas Unesp/Franca e coordenador da Escola do Parlamento eazacarias@camararibeiraopreto.sp.gov.br



Gaudêncio Torquato

Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato



Luiz Carlos Motta

Deputado federal pelo PL-SP e presidente licenciado da Fecomercários dep.luizcarlosmotta@camara.leg.br

As Escolas dos Parlamentos e a Região Metropolitana

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.290/2016 sendo formada por 34 municípios e dividida em 4 sub-regiões que se relacionam pela proximidade geográfica, atividades econômicas e vínculos políticos. Em termos populacionais tem mais de 1.700.000 habitantes e um PIB de R\$ 70,4 bilhões, destacando que em todos os municípios da região o IDH é alto ou muito alto.

A RMRP tem como principais órgãos de gestão pública o Conselho de Desenvolvimento que é normativo, constituído pelos prefeitos dos 34 municípios da região e um fundo de investimento de suporte financeiro para as prestações dos serviços comuns na região, composto de verbas estaduais e municipais.

Com a união de municípios para constituição de um novo agrupamento, com administração, planejamento, novas fontes de recursos materiais e humanos e com a participação da iniciativa privada, estamos nos referindo à região metropolitana onde fatores naturais, humanos e políticos favorecem esta ligação regional, trazendo através de novas políticas públicas ampliadas, maiores benefícios ao novo conglomerado, como, por exemplo, a implantação de políticas públicas comuns à região no atendimento ao transporte, tarifa telefônica comum, oferecendo aos seus cidadãos políticas públicas de maior qualidade, portanto, mais eficientes, melhorando o padrão de vida da população.

As Escolas de governo, nas quais se incluem as escolas do legislativo, instituídas pelo Artigo 39º da Constituição Federal de 1988, foram criadas em função da reforma administrativa do Estado da década de 1990, que objetivou melhorar a qualidade e eficiência na administração pública, pois era muito criticada na época pela sua inoperância e burocracia. Essas escolas têm como objetivo capacitar sistematicamente e permanentemente os agentes públicos, estimulando a participação, visando a melhoria geral dos serviços públicos ofertados para atender às demandas da população com eficiência e melhorando a qualidade de vida da população. As escolas executam diretamente políticas públicas de capacitação dos agentes públicos e também educação para os cidadãos em geral.

Atualmente os 34 municípios que constituem a região metropolitana contam com 4 escolas do Legislativo nas cidades de Ribeirão Preto, Jaboticabal, Mococa e Pradópolis, sendo importante a extensão destas para outros a desejável eficiência da administração pública, contudo, as escolas devem atuar de forma conjunta e cooperativa para se adequarem às perspectivas e desafios futuros desse agrupamento.

Mas concretamente de que maneira as escolas de governo podem colaborar com o desenvolvimento desse território? Estimulando a criação de bibliotecas temáticas nesses municípios, criação de uma plataforma especializada em videoaulas direcionadas aos agentes públicos, realização de seminários, congressos, workshops, convênios das escolas legislativas com cursos técnicos tradicionais na região, suporte técnico de fiscalização e controle de políticas públicas municipais e regionais, estágios/vistas, coletâneas de trabalhos de servidores públicos, e outras formas de atuação que podem realmente contribuir com os técnicos especializados em políticas públicas na RMRP na busca da efetividade e eficiência da prestação dos serviços públicos.

Podemos notar que a gestão pública está sempre em mudança, daí ser importante fazermos uma reflexão sobre os princípios básicos da administração pública consagrados no Artigo 37º/CF de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pois historicamente a gestão pública brasileira teve no patrimonialismo (quando se confundia o público com o privado) sua característica principal. Outro fato importante é o debate entre Bresser Pereira, professor da FGV, autor da obra "A Reforma do Aparelho do Estado" e a Constituição Brasileira (1995), defensor da Administração Gerencial que basicamente usa as ferramentas da gestão privada no setor público, em paralelo com a Professora Ana Paula Paes de Paula, da UFMC que em sua obra "Por Uma Nova Gestão Pública" defende a administração Societal que defende a participação popular na administração pública.

A gestão pública na Região Metropolitana terá nas escolas de governo um instrumento fundamental, principalmente na capacitação de agentes públicos e na fiscalização e controle das políticas públicas de maneira a evitar eventuais desvios de recursos e fazer a ação preventiva da verba pública. A RMRP terá sua administração eficiente quanto mais capacitados sejam seus servidores e também os seus cidadãos que podem colaborar na fiscalização sendo mais um ativo social no aprimoramento da gestão pública.

O limbo

No Além, há quatro universos: céu, purgatório, inferno e limbo. É o que prega a Igreja Católica. Fiquemos neste último. O limbo é "a fronteira do inferno", o lugar de almas que não merecem subir ao céu. E que, segundo a Igreja de Roma, também não são condenadas a padecer no fogo do inferno. O conceito original se voltava para crianças não batizadas, designadas de pagãs.

Usando o simbolismo, puxemos a ideia para o campo da política. O governo de Jair Bolsonaro não é criança pagã, mas sua índole, sua identidade, seu modo operandi nos fazem pensar que ele está no limbo, na fronteira com o inferno, haja visto o estrago que tem feito ao tecido institucional.

Que estrago, indagam alguns? O afrontamento à Corte Suprema, em desafio aberto ao Poder Judiciário, o patrocínio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que possibilitará o montante de mais de R\$ 40 bilhões para cooptar votos, a intervenção na Petrobras, entre outras ações arbitrárias. O argumento é de que os mais pobres carecem de proteção, daí a mão forte do Estado na costura do cobertor social, a diminuição do preço de combustíveis, o combate ao STF por "judicializar" as políticas públicas, entre outras ações.

O presidente Jair, com sua verve prolifera, põe lenha na fogueira nacional, que tende a causar mais e mais estragos. Parece querer acender o pavio do caos, preparando terreno para eventual intervenção, algo como um golpe. A depender do resultado das eleições de 2 de outubro.

O governo é um emã e procura de um rumo. Sem ideias, ou melhor, com uma única ideia: desenhando o ambiente social e político para permitir que o presidente se reedite. Para tanto, o pacote de bondades? foi para o colo do Partido, mobilizando partidos de todo o espectro ideológico para aprovar a PEC Kamikaze (suicida por furar o teto de gastos).

Qual é o eixo que movimentou a engrenagem governativa? Qual é a política de desenvolvimento? Inexistente. Lembrando, Fernando Henrique garantiu dois mandatos montado no cavalo da estabilidade econômica e amparado em reformas fundamentais no aparelho do Estado, cujos efeitos positivos foram se esgarçando ante a emergência de novas expectativas sociais.

Lula da Silva e seu PT chegaram ao centro do poder, depois de costurar por décadas e com muita transigência os fios de seus particularismos. Ao chegando, embriagados com o sumo do poder, na esteira da verticalização de cargos no governo (coisa que o próprio presidente Lula chegou a reconhecer), desistiram os traços que davam nitidez a seus perfis, particularmente no que diz respeito à bandeira ética, brandida nos plenos palanquados da política.

As oposições intensificaram uma locução de teor crítico cujo fundamento era menos um escopo programático e mais o comportamento de atores principais e secundários do palco governamental. O embate de uns contra outros.

Trata-se de uma disputa de rua. São tempos do "embaciamento" do jogo político, ou, como denomina Roger-Gérard Schwartzberg, uma "uniformização no cinzento". O posicionamento dos partidos numa zona descolorida, no grande arco central da sociedade, está a demonstrar alto grau de flexibilização, um pragmatismo voltado para resultados.

Cada vez mais assemblhados, partidos e líderes estão menos preocupados em trabalhar no campo das ideias e mais interessados em conquistar o "poder pelo poder".

Parcela do Parlamento substitui os horizontes abertos do desenvolvimento pela visão imediata e ligeira de investigações, agora sob a égide de CPIs. Quem tem ideia, por exemplo, do que pensam os maiores partidos, como União Brasil, PP, PSD, PL, PSDB, MDB, a respeito de um projeto para o país? Do PT, sabemos que se desloca para o centro, o respeito à liberdade social-democrática. É a estratégia de Lula para ganhar maiores contingentes eleitorais.

No fundo, a intuição visível de fortalecer o "centralismo democrático" significa o resgate do Estado gordo, com as funções de intervir fortemente no mercado, calibrar e monitorar os fluxos da locução na mídia massiva.

Os grupamentos se reúnem nas antessalas do poder, onde se serve o café. O clima é de uma cultura semi-discursiva com sobremesa de gestão partidária. É bem verdade que o Brasil não é exceção na molhura da banalização da atividade partidária que se observa em praticamente todos os quadrantes mundiais.

L. de Crescenzo, escritor italiano, ensina: "O poder é como a droga e sempre exige doses maiores". Vale tudo para ampliar espaços.

Tolerar é suficiente?

Estamos a cerca de 80 dias das eleições e o clima de tensão entre eleitores está escancarado por todo canto do País. O caso mais recente, um assassinato brutal durante uma festa de aniversário, nos coloca em alerta e faz pensar se apenas "tolerar" é suficiente.

Tolerar significa "aguardar algo com conformação e paciência; aceitar", de acordo com os nossos dicionários. Percebo que uma parte dos brasileiros hoje não se respeita, apenas "suporta" quem tem opiniões contrárias, pensa diferente ou acredita em determinada posição, seja ela política ou religiosa. Esse sentimento pode ser observado pela recente pesquisa divulgada pelo Instituto Locomotiva. Vejam só: de acordo com o levantamento, 7 em cada 10 brasileiros não conseguem dialogar com pessoas que possuem opiniões políticas contrárias.

As pessoas não estão conseguindo ou não querem conversar com quem tem opinião diferente sobre política. É falar sobre política é a base da democracia. Precisamos não só falar sobre esse assunto, como também propor, cobrar, participar das discussões, estudar, pesquisar.

Crimes brutais de intolerância como esse ocorrido no Paraná são inaceitáveis e não podem mais acontecer. Nosso país não vai suportar essa divisão extremista. Volto a dizer que está faltando mais do que tolerância: está faltando respeito entre as pessoas.

A democracia foi conquistada a muito custo no Brasil, e ainda é jovem, frágil, não podemos cair na tentação do autoritarismo. Toda vez que alguém impõe sua opinião para outras pessoas, seja na base do grito, da violência, de pressão, a democracia perde, as pessoas perdem, o país perde, oportunidades passam, vidas se vão.

O diálogo saudável e propositivo é e sempre será a melhor saída para entrarmos em união. Com respeito às opiniões, mesmo contrárias aos nossos princípios, conseguimos encontrar equilíbrio.

Sou presidente licenciado da Fecomercários, a Federação dos Trabalhadores do Comércio no Estado de São Paulo, a qual sou filiado mais de 71 sindicatos. São 2,5 milhões de trabalhadores impactados com nossas decisões. Para que as ações sejam realizadas, é preciso muito diálogo, respeito e atenção aos anseios da maioria. Algumas vezes a temperatura sobe, os ânimos ficam mais acirrados e exergo isso como saudável, temos que defender aquilo que acreditamos, mas jamais perder o controle, desrespeitar o outro e muito menos partir para as vias de fato.

Rogo a Deus que, nestas eleições, o respeito conquiste o espaço da intolerância, que o amor se imponha ao ódio e a paz impere sobre aqueles que anseiam pela guerra. Tenho fé que nós, o povo brasileiro, faremos as melhores escolhas e conseguiremos entrar novamente em união. O país não precisa ir para um lado ou para o outro, nós precisamos seguir o caminho do progresso. Não vamos perder tempo com aquilo que não constrói e não agrega. Estamos todos do mesmo lado, ao lado do Brasil e dos brasileiros.